



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

29/06/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1 - 2
1.2. SEM ASSUNTO.....	3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	4 - 5
2.2. SEM ASSUNTO.....	6 - 8
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. SEM ASSUNTO.....	9 - 11

Pág. 4

Presidente do TJMA reúne-se com dirigentes da OAB



⇒ A reunião ocorreu no gabinete da Presidência do TJMA

Presidente do TJMA reúne-se com dirigentes da OAB



A reunião ocorreu no gabinete da Presidência do TJMA

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, recebeu um grupo de advogados conduzidos pelo presidente da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil, Mário Macieira, que relataram a situação de algumas comarcas que se encontram com o cargo de juiz vago.

Durante a audiência, a presidente do TJMA reconheceu que há necessidade de nomeação de, no mínimo, mais 40 juizes e 120 servidores para atuar nas comarcas do interior, mas informou que o Poder Judiciário está impedido de admitir pessoal por insuficiência de recursos, neces-

sitando de suplementação orçamentária já requerida ao Executivo estadual.

“Estamos correndo o risco de realizar as eleições deste ano sem juiz para conduzir o processo eleitoral nas comarcas”, disse a desembargadora aos advogados.

PAUTA - A desembargadora comunicou à OAB-MA que na última quinta-feira (27) apresentou à governadora Roseana Sarney uma pauta de solicitações relativas às necessidades financeiras e de pessoal do Judiciário, que incluiu o repasse dos valores dos precatórios em atraso e aguarda a resposta do governo nos próximos dias.

“Há comarcas e varas sem juiz e a carência de pessoal implica a falta da prestação efetiva da Justiça. As nomeações representam um

impacto financeiro e estamos solidários com o Poder Judiciário quanto à necessidade de atendimento, com urgência, as solicitações feitas ao Executivo. Quanto a essa questão, vamos aguardar o desdobramento da negociação iniciada pelo Tribunal” disse Macieira, após o encontro.

PRECATÓRIOS - O atraso no repasse de valores para pagamento dos precatórios devidos pelo Executivo estadual foi outra reivindicação apresentada pela OAB-MA.

Mário Macieira informou que o Conselho Seccional da entidade aprovou medidas legais cabíveis para representar contra os gestores responsáveis pelo atraso no pagamento das dívidas judiciais.

Fórum de São Luís lança edital para exposição artística

A Diretoria do Fórum Desembargador Sarney Costa, com apoio da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, lançou, nesta sexta-feira (27), edital para seleção de pinturas que vão compor a Exposição Integração e Cidadania, que será instalada nas dependências do fórum, que fica localizado no Bairro Calhau.

O seletivo é voltado exclusivamente para artes plásticas, na categoria pintura, que deverão estar prontas para serem expostas na realização da inscrição. Cada artista poderá inscrever até 10 (dez) trabalhos

As inscrições para a exposição começam nesta segunda (30) e ficarão abertas até o próximo dia 11 de julho. Os interessados podem se inscrever por email (arte@tjma.jus.br), diretamente na Diretoria do Fórum Desembargador Sarney Costa, que funciona no 5º andar ou, ainda, na Assessoria de Comunicação da Corregedoria Geral da Justiça, Rua Engenheiro Couto Fernandes, s/nº, Centro, São Luís, Maranhão (ao lado do Banco do Brasil da Praça Dom Pedro II), sempre no ho-

rário de 08h às 18h.

De acordo com a desembargadora Nelma Sarney, corregedora da Justiça, esta é mais uma ação desenvolvida em parceria com a Diretoria do Fórum de São Luís visando à promoção da rica cultura existente no Estado. "É uma boa oportunidade para artistas plásticos mostrarem seus valores. Um dos objetivos de nossa gestão é utilizar os espaços do fórum para a promoção dos valores da nossa gente, a fim de contribuir para aproximar o Judiciário do cidadão", destacou.

A Exposição Artística Integração e Cidadania será instalada no Fórum Desembargador Sarney Costa, situado na Avenida Carlos Cunha, s/nº, Bairro Calhau, espaço onde as obras deverão ficar por pelo menos 30 dias.

Para o diretor do Fórum de São Luís, juiz Osmar Gomes, a exposição está alinhada com proposta humanitária da valorização de servidores e magistrados que atuam no fórum, somada à criação de um ambiente mais leve para o público, de cerca de 5 mil pessoas, que circula diariamente pelo prédio.

Projetos sociais desenvolvidos por magistrados têm destaque no MA

Ações voltadas, principalmente, para promover a paz e a justiça social aproximam o Judiciário maranhense da sociedade e atingem todos os segmentos da sociedade; trabalho já permitiu o alcance de resultados positivos

No Maranhão, juízes e desembargadores estão alcançando destaque não somente pelo desempenho de sua função julgadora, mas também pela realização de um trabalho que promove a paz e a justiça social, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades onde atuam. Essa mudança na perspectiva de trabalho já permitiu o alcance de resultados expressivos.

Para Nelma Sarney, corregedora-geral da Justiça, o Judiciário já não pode mais ser visto como um poder preso apenas à frieza dos números processuais. "Antes de tudo somos seres humanos que convivem na mesma sociedade e partilha dos mesmos problemas e angústias. A diferença é que temos uma magistratura extremamente comprometida em reverter esses problemas, buscando soluções juntamente com a sociedade", afirma, destacando a grande gama de projetos sociais hoje em andamento.

O mais novo projeto social é o Justiça nos Bairros, lançado no último mês de abril pela Corregedoria da Justiça e que levou cidadania a milhares de ribeirinhos na cidade de Imperatriz. O projeto, que integra órgãos públicos e a sociedade civil organizada, busca soluções conjuntas para os problemas vividos na comunidade. Palestras, casamentos, melhorias de infraestrutura, atendimentos médicos, dentre outros, foram

realizados na primeira edição na Região Tocantina.

Casamentos - Voltado para pessoas de baixa renda, os casamentos comunitários já promoveram a união gratuita de mais de 50 mil casais em todo o estado. Somente em 2014 já são cerca de mil novos casais constituídos e uma nova edição está prevista para o mês de julho na capital, em uma cerimônia que promete reunir mais de 2 mil noivos.

O cidadão ainda pode contar com serviços como a Unidade Móvel de Trânsito, que pode ser acionada quando da ocorrência de acidentes sem vítimas fatais. Em caso de necessidade, basta que os envolvidos liguem para 3249-0002 ou 8878-3003 que uma unidade com perito e conciliador vai até o local do acidente prestar o atendimento. O serviço funciona de segunda a sexta-feira das 8h às 18h e acompanha o expediente do Judiciário.

A Justiça maranhense também mantém com recursos próprios o funcionamento de uma Casa Abrigo, uma Casa da Criança e um Laboratório de DNA. A Casa Abrigo oferece proteção para mulheres vítimas de violência doméstica. No espaço, elas recebem atendimento de equipe multidisciplinar e contam com a capacitação em cursos profissionalizantes. Da mesma forma, a Casa da Criança abriga crianças que sofrem violência em casa e precisam

ser retiradas do convívio com os familiares. Caso não possam ser reinseridas no lar original, elas são encaminhadas para adoção.

Completa a lista de projetos voltados para a família o Laboratório de DNA, que assegura exames gratuitos para aqueles que buscam o reconhecimento ou indicação de paternidade.

Interior - As ações de cidadania também ganham força no interior. É cada vez maior o número de iniciativas dos juízes maranhenses nas 110 comarcas do Maranhão. Exemplos do empreendedorismo social são os projetos Justiça e Cidadania - porque fazer o bem faz bem, Caminho Suave Para a Cidadania, Justiça Itinerante e outros que se constituem em ciclos de palestras e debates envolvendo diversos segmentos sociais.

Iniciativa da juíza Raquel Teles, da comarca de Matões, Justiça e Cidadania - *porque fazer o bem faz bem*, é desenvolvido desde 2011 e tem a finalidade de aproximar o Poder Judiciário da comunidade local. Segundo a magistrada, a ação se desenvolve a partir da realização de palestras sobre os direitos e deveres dos cidadãos, bem como incentivo à realização da cidadania na sociedade local por meio de doações para os beneficiários do projeto. Na última edição, o projeto reuniu mais de 300 mulheres, que foram orientadas sobre os

principais pontos da Lei Maria da Penha.

Resultados positivos também no projeto esportivo Caminho Suave Para a Cidadania, idealizado pelo juiz Davi Meneses, na Comarca de Passagem Franca. Como fruto da iniciativa, as judocas Aline Paiva, Gonzala Silva e Michele Alves, atletas do projeto, foram medalhistas no Campeonato Brasileiro da Região I, que envolve os estados do Maranhão, Amapá, Ceará, Pará e Piauí. O projeto atende 70 alunos.

O Projeto Caminhos para a Cidadania, desenvolvido na Comarca de Timon, leva serviços para toda a região e povoados vizinhos. A ação acontece em parceria com outros órgãos e dentre os serviços oferecidos, destaque para o atendimento da Defensoria Pública, expedição de documentos (carteira de identidade, carteira profissional, CPF), realização de exames, atendimentos odontológicos e palestras educativas.

Mais

Para facilitar ainda mais o acesso dos cidadãos à Justiça existe o Telejudiciário, pelo qual o cidadão liga gratuitamente para 0800 707 1581 e obtém informações sobre diversos serviços oferecidos pelo Judiciário maranhense.

Fotos/Divulgação



Unidade Móvel de Trânsito, que pode ser acionada em ocorrências de acidentes sem vítimas fatais, leva perito e conciliador até o local do sinistro



Corregedora-geral Nelma Sarney e magistrados visitaram o bairro Leandra, em Imperatriz, em uma ação do projeto Justiça nos Bairros, lançado em abril

Novos desafios da Execução Trabalhista

MANOEL LOPES VELOSO SOBRINHO

A Justiça do Trabalho trava luta diária para o cumprimento pleno das suas decisões. De há muito se ouve que o "gargalo" da Justiça Laboral encontra-se na execução, na (não) entrega de fato da prestação jurisdicional. Solucionar o conflito no papel "é fácil". Difícil é transformar a decisão em realidade, o que na maioria dos processos significa o pagamento do crédito trabalhista.

Quase 3 milhões de processos novos ingressaram na Justiça do Trabalho no ano de 2010. Naquele mesmo ano, 2.5 milhões de processos estavam na fase de execução, com decisão definitiva e valores para pagamento definidos. Porém, confirmação estatística atestou que de cada 100 reclamantes que obtiveram ganho de causa, apenas 31 receberam o seu crédito. Estudos recentes confirmam elevação do número de casos novos nas três instâncias da Justiça do Trabalho (TST, TRT e Varas do Trabalho) e que estamos dando vazão à demanda de solucionar o conflito trabalhista. Porém apenas em parte, a maioria só "no papel". Encerramos 2011 com 2.874.695 processos na fase de execução. E com 3.787.640, em 2012. Estamos "Enxugando gelo"! É quase uma "Vitória de Pirro": ganhar e não levar.

O desafio é buscar novas formas de tornar mais céleres e eficazes as decisões trabalhistas. Não queremos que os números frios e crescentes da execução virem uma bola de neve descendo a montanha e nos soterrarem a todos ao final. E muito menos queremos ser lembrados pelo eterno labor de Sísifo da mitologia grega, condenado a empurrar uma pedra de morro acima e quando quase estava chegando ao topo, a pedra rola e volta abaixo sendo obrigado a reiniciar a tarefa. A vitória de fato, que seria o recebimento do crédito pelo trabalhador, passa pela integral identificação e enfrentamento dos muitos problemas na fase de execução. A análise detalhada dos números deve ser acompanhada de inovações na legislação, na abordagem mais adequada, inclusive doutrinária, das questões in-

cidentais, no aprimoramento técnico e tecnológico das ferramentas de trabalho, na qualificação dos magistrados e servidores, entre outras.

Festejamos, de efeito, novas ferramentas de trabalho, como a criação do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (CNDT), regulamentada pela Lei 12.440/11; a Semana Nacional de Conciliação, patrocinada pelo CNJ; e a especial Semana Nacional de Execução Trabalhista organizada pelo nosso Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), e que esta já definida para os dias 22 a 26 de setembro próximo.

Ao par destas inovações está o Planejamento Estratégico alinhado às Metas do Poder Judiciário. Não apenas o Tribunal Superior do Trabalho, mas todos os Tribunais Regionais e suas Varas do Trabalho devem se organizar para estruturar plano de ação alinhado ao projeto nacional contra as quase "Vitórias de Pirro".

Enfrentar o problema da execução inclui análise das pendências legislativas. Os projetos de lei 4.597/2004, 246/2005 e 6.541/2006 que tratam da regulamentação do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas - FUNGET estão parados, embora passados quase 10 anos da sua aprovação pela Emenda Constitucional nº 45/2004.

A aprovação do FUNGET seria de grande valia, pois os credores receberiam de imediato seus direitos, cumprindo-se de fato a sentença, prosseguindo o FUNGET, sub-rogado no crédito do trabalhador, na execução contra o devedor. Sobre essa pendência legislativa, está em andamento no Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 27) promovida pela Associação Nacional do Ministério Público do Trabalho contra o Congresso Nacional.

Enfim, a certeza de que estamos combatendo o bom combate, buscando dar mais celeridade e eficácia ao processo judicial, e cumprindo o compromisso de fazer Justiça, nos embala a sermos otimistas e convictos de que dias melhores virão para a execução trabalhista.

.....
Juiz do Trabalho do TRT 16ª Região

Fotos: /Divulgação/Meirelles Jr.



Patrícia Regadas

Festa em casa



Juliana e Ricardo Pizarro com o pequeno português Thiago, que ganhou comemoração do primeiro aniversário na terra da família materna.

Mesmo vivendo em Portugal há anos, foi em sua São Luís que Juliana Regadas escolheu celebrar o primeiro aniversário do caçula Thiago. Ao lado do esposo, o lusitano Ricardo Pizarro, ela movimentou os domínios do pai, o empresário Marcos Regadas, com uma festa cujo tema era inspirado no longa de animação Rio. Espontânea e efusiva bem ao estilo de sua família, Juliana aproveitou a ocasião para promover um reencontro dos mais festivos com a legião de amigos que nutre na Ilha, onde, aliás, os Regadas-Pizarro curtem férias até o fim de julho.



Des. Antônio Bayma Araújo, com Mariana e Marcos Regadas



Caroline Regadas



Marcos Túlio Regadas e Tatiana Lobão com o herdeiro Marcos Pietro



Rafaela e Gustavo cavalho



Priscila e Daniel Blume de Almeida



Ticianey e Gustavo Palácio



Luís Roberto e Lina Albuquerque com a prole, João Roberto e Ana Virgínia.

PM faz prisões por tráfico, porte ilegal de arma e assalto a ônibus



DIVULGAÇÃO

Na noite desta sexta-feira (27), policiais militares prenderam quatro pessoas suspeitas por tráfico de drogas, porte ilegal de arma e por assalto a ônibus. As prisões aconteceram em São José de Ribamar, na Vila Maranhão e em Paço do Lumiar. Em São José de Ribamar, no Bairro do Barbosa, policiais do 13º BPM capturaram Charles Aurélio Silva da Rocha, morador da Rua São Raimundo – no Mutirão, mesmo município. Ele portava um revólver calibre 38, com quatro munições, sendo conduzido para o Plantão do Cohatrac.

Na Vila Murici – região da Vila Maranhão, na zona rural de São Luís, o Serviço de Inteligência da PM prendeu duas mulheres sus-

peitas de traficar drogas. As detidas foram identificadas como Leiliane Silva dos Santos e Damiana Moreira Coelho (foto). Elas estavam em posse de 40 pedras de crack e mais duas pedras médias da mesma substância e uma barra de maconha; as duas são mulheres dos traficantes “Xô” e “Mailson”, que estão presos em Pedrinhas.

A terceira prisão aconteceu no Pindaí, em Paço do Lumiar, feita pelo Serviço de Inteligência do 13º BPM. Desta vez, foi capturado Odilon de Jesus Rocha, o “Paulista”, que seria assaltante de ônibus e traficante, e que possuía um mandado de prisão expedido pela juíza da 1ª Vara da Comarca de Paco do Lumiar.


PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
COMARCA DE ANAJATUBA

Processo nº 634-48.2014.8.10.0067
Ação de Substituição de Curador
Requerente: Amaro Mendes de Almeida Neto
Requerido: Eduardo Henrique de Araújo Almeida

SENTENÇA

Versam os autos sobre ação de substituição de curador proposta por Amaro Mendes de Almeida Neto em face de Eduardo Henrique de Araújo Almeida, seu irmão, ambos já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe.

Em apertada síntese, sustenta que Eduardo Henrique de Araújo Almeida, seu irmão, foi interditado nos autos do Processo de nº. 515/2002, tendo, à época, sido nomeado curador o seu outro irmão Francisco Ewerton de Almeida Filho. Todavia, este não deseja mais continuar com o múnus, por não dispor de tempo suficiente para cuidar do interditado, razão pela qual postula a substituição de curador, nomeando o requerente como curador do interditado.

Manifestação do curador do interditado juntado aos autos, declarando não mais possuir condições de exercer o encargo de curador, requerendo a procedência da ação.

Parecer do representante do Ministério Público, opinando pelo deferimento do pedido.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, diante das provas coligidas, torna-se desnecessária a realização de audiência de instrução e julgamento, cabendo, in casu, o julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.

Com efeito, a curatela é um instituto jurídico que visa acautelar os maiores incapazes de exercer os atos da vida civil, conferindo a terceiros o encargo oficial de regência da própria pessoa e de seus bens.

É através do curador que a pessoa incapacitada, por deficiências físicas, morais ou psíquicas, exerce plenamente seus direitos de cidadania.

Ao curador é atribuído um munus publicum, passando a ser de sua inteira responsabilidade a prática de todos os atos que dizem respeito à vida civil do interditado, inclusive, a aplicação dos valores recebidos pela entidade previdenciária que deverão ser aplicados exclusivamente no bem-estar do maior incapaz.

Compulsando os autos, constata-se que o interditado é pessoa absolutamente incapaz para os atos da vida civil, não possuindo condições para reger a sua pessoa e administrar os seus bens, o que levou este Juízo a decretar sua interdição nos autos do Processo nº. 515/2002, sendo-lhe nomeado curador o Sr. Francisco Ewerton de Almeida Filho, irmão do interditado, conforme cópia da sentença anexada aos autos.

Acontece que, conforme noticiado e demonstrado nos autos, o curador do interditado, o Sr. Francisco Ewerton de Almeida Filho, não possui condições de prestar os cuidados necessários ao curatelado, deixando, conseqüentemente, de preservar os interesses deste.

Registre-se que o curador pode ser substituído se não cumprir com as atribuições legais e judicialmente determinadas decorrentes do compromisso assumido na Justiça para com o curatelado, seja por incapacidade, ineficiência ou por negligência. Além disso, pode-se e deve-se pedir a substituição do curador se, porventura, este tenha que se ausentar, faleça, seja acometido por doença ou sofra acidente que o impossibilite de exercer suas funções.

Nesse contexto, para que haja a substituição da curatela é necessária a comprovação de que o curador não esteja exercendo o munus a ele concedido, o que, in casu, efetivamente, ficou demonstrado, em razão da declaração de impossibilidade deste.

Diante do exposto, com espeque nos artigos 1.740 e seguintes do Código Civil, julgo procedente o pedido de substituição de curador, excluindo o curador Francisco Ewerton de Almeida Filho, e nomeando como curador de Eduardo Henrique de Araújo Almeida, o requerente Amaro Mendes de Almeida Neto, determinando a sua intimação para prestar o devido compromisso do encargo, a teor do artigo 1.187 do Código de Processo Civil, produzindo desde já os seus efeitos, nos termos do artigo 1.773, do Código Civil Brasileiro.

Inscruva-se a presente sentença no Registro Civil de Pessoas Naturais e publique-se três vezes em edital, com intervalo de 10 dias, fazendo constar os nomes do interditado e do curador, a causa da interdição e os limites da curatela.

Expeça-se o termo de curatela.

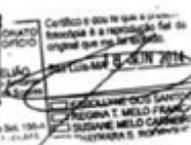
Sem custas, em razão da assistência judiciária gratuita deferida nos moldes requerido.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Cientifique-se o representante do Ministério Público.
Após as exigências legais, arquivem-se.

Anajatuba/MA, 16 de junho de 2014.


Karine Lopes de Castro
Juíza de Direito, respondendo.


TABELIÃO DO 1º OFÍCIO
Anajatuba/MA


TABELIÃO DO 2º OFÍCIO
Anajatuba/MA


TABELIÃO DO 3º OFÍCIO
Anajatuba/MA

DIVULGAÇÃO



ARMAS APREENDIDAS pela Polícia Civil durante a operação

Polícia Civil combate venda de armas no município de Vargem Grande

Uma operação coordenada pela Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), com o apoio das delegacias regionais de Itapecuru-Mirim, Chapadinha, Timon, Caxias, delegacia de Cururupu e do Grupo Tático Aéreo (GTA) deflagrou uma operação, nesta sexta-feira (27), em combate ao tráfico de drogas e de armas no município de Vargem Grande.

Os mandados de Busca e Apreensão foram expedidos na última quinta-feira (26), pelo juiz Cristiano Simas de Sousa. Ao todo, foram expedidos nove mandados, mas os policiais encontraram irregularidades em apenas dois endereços.

Um dos mandados foi cumprido no Comercial Oliveira, localizado na BR 222, nº 30, Área Urbana de Vargem Grande. No local, foram apreendidas três armas de fogo, dois revólveres calibre 38 com numeração raspada e uma espingarda artesanal, de uso pessoal; cigarros clandestinos; vários cartões do programa Bolsa Família e de benefícios previdenciários. O proprietário do comércio, José Duarte de Oliveira, de 55 anos, conhecido como "Zé Ferreira", foi preso no local.

O outro mandado foi cumprido no Comercial Davi, localizado na Rua José Magalhães, nº 665. No local, foram apreendidos cerca de 20

espingardas artesanais; vários cartuchos de calibres 36, 20 e 16; diversas munições de espingarda calibres 36 e 20; e uma caixa de pólvora. O proprietário do comércio, Antônio Davi Santana Trabuci, de 55 anos, foi preso no estabelecimento comercial.

Os dois suspeitos foram encaminhados à Delegacia Regional de Itapecuru-Mirim. Os flagrantes vão ser lavrados pelos delegados regionais de Itapecuru-Mirim, George Antônio Silveira Marques, e pelo regional de Chapadinha, Jairo Tímbo Sales.

Os suspeitos devem ser autuados em flagrante delito pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo com numeração raspada e tráfico de armas e munições. Eles abasteciam os criminosos da região. A polícia apura também o envolvimento de José Duarte de Oliveira com cartões de benefícios.

O superintendente de Polícia Civil do Interior, Jair Lima de Piva, destacou a importância da operação. "O objetivo principal dessas operações é diminuir a criminalidade, atacando diretamente o tráfico de drogas, que é o protagonista dos crimes de maior potencial", pontuou. O superintendente destacou também o apoio do Judiciário e do Ministério Público, na rapidez com que os mandados foram expedidos.